

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto Saraiva. Da situação histórica da ciência após o acabamento da metafísica. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 403-409. (ISBN 85-904198-1-9)

DA SITUAÇÃO HISTÓRICA DA CIÊNCIA APÓS O ACABAMENTO DA METAFÍSICA

Roberto Saraiva Kahlmeyer-Mertens *

*Resumo – O texto propõe um esclarecimento quanto à situação do fazer científico após a consumação da metafísica. Neste, procuraremos demonstrar que com o fim do processo metafísico a ciência assume posição hegemônica, quando se trata de perscrutar a verdade do real, pois, por não tratar das causas íntimas do fenômeno, pode ser interpretada como o modo mais adequado de assegurar-se da verdade das coisas. Para tanto, tomaremos por base os textos de Heidegger: *Ciência e Meditação e O Fim da Filosofia, Tarefa do Pensamento no qual o autor afirma “Aquilo que a filosofia, no transcurso de sua história tentou em etapas [...] as ciências assumem como sua tarefa”*. O texto contará ainda com o estudo de algumas hipóteses de interpretação da consumação da Metafísica.*

Este texto pretende uma delimitação do ‘lugar’ que a Ciência ocupa após o acabamento da Metafísica. Lançaremos mão da interpretação que Martin Heidegger faz do problema, priorizando o texto *O Fim da filosofia: tarefa do pensamento*. Este escrito nos fornecerá a compreensão e a posição prévia para tratar o tema de nosso título. Somente de posse dos termos da questão do acabamento da Metafísica é que teremos clareza para entendermos, filosoficamente, as estruturas, modos de operação e perspectivas da ciência, além da posição que esta ocupa e ocupou frente a filosofia. Pensaremos a Ciência em sua compreensão canônica de ciência positiva (por acreditarmos que, embora as ciências tenham sofrido diversas transformações de cunho qualitativo, estas ainda cativam como real vocação o espírito positivo como um paradigma que expressa a maturidade de sua instituição e solo seguro a partir do qual se deve partir para explicar racionalmente o mundo sem que seja preciso um recurso à Metafísica). Assim, buscando delimitar o caráter de sua atual hegemonia na busca objetiva pela ‘verdade da realidade’, entendendo esta verdade como certeza, procuraremos esclarecer o que vem a ser o processo da consumação da Metafísica de maneira resumida, enumerando suas etapas, figuras envolvidas, pressupostos e conseqüências deste desfecho.

A tarefa de apontar a posição que a ciência ocupa no rearranjo ocorrido após o fim da metafísica

* Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: r.kahlmeyer@bol.com.br

possui muitos pressupostos, a saber, todos aqueles que dizem respeito ao processo metafísico operado historicamente, e no interior deste, a pergunta pela verdade do ente (compreendido como mera coisa), que dá origem à Metafísica e ao caminho percorrido pela subjetividade moderna, como problema derivado desta. Portanto, nos vemos obrigados, aqui, a dar esclarecimentos mínimos quanto aos elementos que constituem este processo. Começemos, pois, pela compreensão que Heidegger tem de Metafísica: ao contrário do uso corriqueiro com o qual não raramente nos deparamos, Metafísica não significa para nosso autor meramente uma instância não científica (*Unwissenschaftlichkeit*) no sentido de um saber desprovido de rigor à beira de compreensões místicas. Metafísica para Heidegger possui uma compreensão bem específica, ela é a *tentativa incondicionada de estabelecer de maneira categórica o modo com que se fundamenta toda e qualquer coisa que efetivamente é*. Mas ora, o que significa isto? Significa que a Metafísica é um processo que busca determinar a verdade destas coisas de maneira objetiva, independentemente das circunstâncias nas quais elas se manifestam, isolando-as de tudo que pudesse caracterizar qualquer sinal de contingência, acidente ou corrupção. Assim, numa palavra, a Metafísica quer estabelecer a verdade das coisas nos termos de sua presença (*Ständige*) sendo, pois, para Heidegger sinônimo de filosofia e, ainda, de ontologia, enquanto a ciência objetiva dos entes. Ao utilizarmos o termo ‘categórico’, fica marcado que este saber parte da pressuposição das coisas; assim como da suposta verdade pertencente à essas coisas simplesmente dadas, e que portanto, poderiam ser demonstradas, organizadas e qualificadas em categorias, que, em tese, expressariam a consistência (*Konsistenz*) de seus termos reais. Esta postura de determinação da verdade dos entes, para além das condições fenomenais das coisas, é que vêm dar o nome de Metafísica a este processo. Pois, como sabemos termo o grego *metá tà physiká* indica justamente a tentativa de determinar uma verdade para além (*metá tà*) das determinações físicas (*physiká*) e logo circunstanciais da coisa.

O processo da Metafísica (processo de determinação teórico da verdade das coisas) possui uma longa história, cujo próprio caráter histórico é determinante para sua compreensão enquanto o já aludido processo, pois são estas tentativas de estabelecimento da verdade que compõem esta história e o fio condutor que articula todos os seus momentos históricos. Daí, neste curso vemos a Metafísica ser pensada por Kant como um “inventário sistematicamente ordenado de tudo o que possuímos pela razão” (KANT, 1994, p. 15); já esboçando uma compreensão teleológica de história. Com Hegel, temos a compreensão de Metafísica como *o movimento do pensamento que se pensa* (HEGEL, 1992, p. 11) demonstrando que esse processo é finito e indissociável do que está em jogo no seu interior, e finalmente, com Heidegger (no segundo momento de seu pensamento), quando a Metafísica é tratada como: “[...] essencialmente história do ser (Seyn) enquanto destino da verdade do ente (destino do ente e fio condutor de seu projeto)”. Essa caracterização breve serviu para que constatássemos que a Metafísica é: 1) um processo operado historicamente, e essencialmente histórico; 2) um processo histórico finito de delimitação da verdade do ser. Essas duas inferências adquirem maior clareza e legitimidade a partir da seguinte caracterização deste processo, através do conceito de história do ser, pensamento de Heidegger.

Nesta curta passagem de Heidegger citada, podemos observar que o que é chamado de história foge da compreensão imediata de historiografia. Postura na qual contaríamos com momentos prévios, essencialmente definidos e que receberiam ordenação histórica através de classificações feitas de acordo com isso que seriam escolas ou doutrinas geradas no bojo da própria Metafísica. Não é essa a compreensão que Heidegger tem de história da Metafísica, pois em seu modo de apreende-la, o autor parte da consideração deste fenômeno em sua errância e destino. *Por um lado como errância*, tendo-a enquanto o processo de determinação incondicional da verdade dos entes, isto é, do ser da totalidade. Sendo aquela que erra neste intuito e que nesta errância faz-se aberta às diversas épocas do ser em seu questionamento, a ponto de não se poder ver distanciada deste. Assim, a tentativa de estabelecer isto que dotaria o ente do seu caráter de ente fica ilustrada por Heidegger essa situação assim: “nesta errância reside entretanto uma indicação velada para o interior da pergunta pelo ser, suposto que esta

pergunta já tenha antes acontecido apropriadamente e principalmente em função do ser mesmo” (HEIDEGGER, 2000, p. 70). Por outro lado, enquanto destino, por inserir-se e encaminhar-se à compreensões que buscam esclarecer um sentido próprio deste ser, já determinadas pelas próprias concepções históricas com que este ser é apreendido. Isto nos demonstra que a Metafísica, tal como pensada por Heidegger, neste momento, deve partir da consideração do modo com que é tratada neste processo, já feito em consonância com um destino que se conforma em história. História que só faz sentido se pensada como itinerário das épocas do ser questionado, que se revela à nós no interior do processo metafísico, através da interpretação da pergunta objetiva por sua verdade. Pois, segundo Heidegger: “A história do ser só é de qualquer forma experienciável a partir da sondagem da verdade do ser, sendo que esta sondagem mesma acontece apropriadamente em função do ser” (HEIDEGGER, 2000, p. 70). Observemos que nas duas citações que buscam ilustrar a Metafísica como história do ser fica evidente uma preocupação apropriativa do ser da totalidade. O que vem confirmar o indispensável compromisso que esse processo tem com a questão da verdade do ser dos entes, ainda que o modo de expressar esse compromisso, em um primeiro momento, não seja coerente ao modo constitutivo do ser em sua aparição enquanto entes.

Mas o que estaríamos querendo dizer quando afirmamos que a pergunta metafísica em seu modo de instalar-se seria incoerente ao modo de ser dos entes? O que afinal poderíamos entender por ‘modo constitutivo do ser em seu fenômeno?’ Neste primeiro momento a lida com uma compreensão de ser é incoerente, pois tal pergunta ao instalar-se já parte do descuido de desconsiderar o modo evidente e logo pré-temático deste ser, isto é, não limitando-se ao mero aparecer do ente no fenômeno e ao seu modo de ser mais imediato, criando uma anterioridade conceptual que o põe em questão. Questionamento que se traduz com a pergunta grega (*ti tó on*) “o que é o ente?”. Pergunta que, para Heidegger, inaugura a Metafísica, por questionar a essência dos entes e com isso, o ser mesmo (HEIDEGGER, 1998, p. 71). Assim, Heidegger nos assevera:

A questão abreviada e ambígua – o que é o ente? – mostra-se, na verdade, como a pergunta que conduz os pensadores. Sob o fio condutor desta pergunta, eles não perguntam, porém, se o ente é uma pedra, um osso, um asno ou um triângulo. A pergunta em causa para os pensadores – o que é o ente? – significa somente a pergunta: o que é o ser dos entes? O que é isso, dentro e através do que algo é ‘ente’? O que caracteriza como tal o ‘ente’ que ‘está sendo’? (HEIDEGGER, 2000, p. 110)

Para Heidegger a pergunta pelo ente, na totalidade, é aquela que traz consigo o germe que desencadeia todo o processo metafísico. Pois o advento dessa pergunta já partiria da obstrução do caráter de fenômeno com o qual este ente se apresenta, gerando assim o desenfreado processo de determinação da verdade do ente, para além da aparição do mesmo. Tal pergunta, aparta a evidência da verdade deste ente que se apresenta, criando a duplicação e o primado da essência sobre o ente em seu fenômeno. Obstrução essa que Heidegger chamará de esquecimento de ser (*Seinsvergessenheit*) (HEIDEGGER, 2000, p. 110), que é o fenômeno que marca a situação histórica propícia para a pergunta metafísica “o que é o ente?” e a cisão que ela instaura. O esquecimento do ser exprime, pois, o espaço histórico da existência ocidental, instaurado pela ‘dialética’ da verdade do próprio ser em sua tensão e retração. Assim, podemos afirmar que a história da Metafísica tem seu começo com a pergunta pela verdade do ente, desencadeando a história da pergunta pela verdade. Quer dizer, a história da perspectiva que procura se assegurar de uma suposta verdade metafísica que o ente, a totalidade dos entes e logo a realidade, possuiria.

Com este esboço do que está em jogo na pergunta metafísica “o que é o ente?” fica marcado o que Heidegger chama de *primeiro começo da filosofia*. O que significa o começo do pensamento do ser (*Sein*) como o que há de mais essencial no início da perspectiva metafísica. Contudo, talvez ainda não

tenhamos as proporções das conseqüências da colocação desta questão e da complexidade o processo que ela engendra. Em um primeiro exame constata-se que ela gera uma cisão. Uma cisão entre o ente e aquilo que seria sua verdade, entre o ente e sua essência. Entretanto, após esta cisão, nossa questão passa a ter um quadro bem diverso daquele descrito anteriormente. Pois a partir deste momento, passamos a ter o ente “essencialmente duplo” sendo que esta duplicação é, como se queira, unilateral e mesclada (HEIDEGGER, 2000, p. 75). Sendo, pois, o que nosso autor chama de diferença ontológica, que é a diferença referente ao fundamento cujo ente agora se essencializa em seu ser. Em vista desta, há agora o ente e algo desse ente que dá sustentação à sua vigência constante no fenômeno, ou seja, há o ente e sua verdade. Fica assim determinado a origem do problema metafísico, que a luz do esquecimento do ser, passa a ser visto como o esquecimento, ou como já se falou, a obstrução da referência ao modo de ser do ser na diferenciação de seu fenômeno.

Somente a partir dessa situação descrita aqui poderemos iniciar a tarefa de demonstração sumária dos desdobramentos deste problema. *Como se segue:* ainda na Grécia esse sustentáculo do ente (tratado aqui por essência) recebeu o nome de “*hypokeímenon*”, que literalmente indica algo que se encontra sob o ente. Com o mesmo sentido a tradição medieval e parte da modernidade traduziram este nome por “*subjectum*”. Guardando, pois, a compreensão de *ente real sobre o qual recaem determinações predicáveis*. Assim, parece instituir-se definitivamente a crença de que tudo que é real possui necessariamente um sustentáculo. Com a Filosofia Moderna, a compreensão de ‘sub-instância’ dessa essência é apropriada de outra maneira decisiva, aquela que pensa pela primeira vez este ‘*subjectum*’ como sujeito. Descartes assim o faz, com ele a essência daquilo que se apresenta é submetida a condição de sujeito autônomo, que põe o ente a medida que o representa (HEIDEGGER, 2000, p. 119). Tal interpretação é assumida também por Kant, que parte desse pressuposto para uma crítica dos limites de um sujeito que se lança ao conhecimento dos entes (HEIDEGGER, 2000, p. 70). Para, com isso confirmar, no sentido moderno do idealismo subjetivo, a fundação necessária para o acabamento da Metafísica (HEIDEGGER, 2000, p. 114). Daí, se a essência do ente, se a verdade do que se apresenta, é posta pelo sujeito, a tarefa da filosofia que coube ao próximo passo essencial foi determinar o modo de ser deste sujeito. Assim Hegel o faz, quando após todo o movimento de sua *Fenomenologia do Espírito*, o sujeito, na forma de ‘consciência’, descobre a si mesmo com a verdade do real, verdade que foi alçada ao final do movimento reflexivo deste sujeito enquanto consciência, compreendendo o movimento de determinação do ser como história, entretanto, o modo com que este movimento acontece em Hegel ainda é transição entre modos da consciência, calcando-se na compreensão de uma subjetividade, sendo, pois, também sistemática da essência histórica. Com esta manobra, o que Hegel fez foi transferir para o próprio âmago da idéia de sujeito a condição de fenômeno que Kant ainda cingia à esfera do objeto. Com esse passo, a pergunta pelo ser dos entes e o processo que deriva desta pergunta (processo de uma subjetividade autônoma que põe a verdade do fenômeno, iniciado com Descartes) chega ao fim, quando a dicotomia entre essa subjetividade e o objeto por ela posto, sublima-se na fusão do objeto no sujeito, passando a possuir, a partir deste momento, a mesmo modo de ser. Isso consuma, a perspectiva metafísica, que agora afirma que a verdade está no todo; que o todo da verdade é “consciência absoluta”. Heidegger nos ilustra esta interpretação: “Também a metafísica do Hegel ‘substancial’ é completamente lógica: isto é, ela realiza a essência da metafísica ocidental até seu acabamento. Restou apenas o passo em direção à sua inessência incondicionada; este passo foi levado a termo por Nietzsche” (HEIDEGGER, 2000, p. 69). Assim, a essência da modernidade, na forma de consciência absoluta que encontra o fundamento do ser realiza-se incondicionadamente. Isto acontece pois a Metafísica enquanto fazer histórico propiciou seus próprios meios em execução deste que é um momento decisivo ao ser.

A experiência aqui descrita nos põe diante de uma situação nunca antes experimentada, trata-se do “fim (ou acabamento) da Metafísica”, tema cujos muitos pressupostos de que se necessita para ser explicado derivam do material teórico apresentado até aqui. Para Heidegger, este fim não é uma mera

interrupção ou término, fim é acabamento (*Volledung*). Para explicarmos o que podemos compreender por acabamento da Metafísica, devemos tocar as figuras de Hegel e Nietzsche. Pois, são estes, em boa medida; em interpretações diversas, os responsáveis pelo acabamento da perspectiva metafísica. Assim, para Heidegger, o acabamento da Metafísica começa com a Metafísica hegeliana do conhecimento absoluto e após, com a Metafísica de Nietzsche, a filosofia estaria consumada (HEIDEGGER, 2002, p. 72)

Tendo sempre em vista a pergunta pela verdade do ente e a cisão da qual ela instaura e parte, podemos demonstrar a questão em poucas linhas assim: a dicotomia entre sujeito e objeto chega a seu fim através da assunção plena e arbitrária de uma unilateralidade. No caso de Hegel, privilegiando o plano *ontológico*; no caso de Nietzsche, em resposta a Hegel, privilegiando o plano *ôntico*. O que já configura o abandono do ser e o domínio do ente. Entretanto, para Heidegger isso não é uma rejeição à Metafísica, mas o reconhecimento de seu acabamento (HEIDEGGER, 2000, p. 63). Assim, de imediato, o que se presencia ao final do processo de acabamento é uma inversão, a inversão da perspectiva que primava pela determinação de uma verdade 'transcendente ao ente' (não mais na consciência, tampouco posta por essa (HEIDEGGER, 2000, p. 70 e pp. 87-88). Para leitura de Nietzsche, passa a estar no que se apresenta no fenômeno) assim, a verdade do objeto passa a ser compreendida como imanente ao mesmo, não cabendo mais a Metafísica como via de acesso para isso que é chamado de verdade. Destarte, a Metafísica em seu acabamento submete-se sem qualquer possibilidade de decisão ao cisma entre ente e ser para a realização e acabamento de sua própria essência. De acordo com esta diferenciação o ente ganha a primazia e faz com que o uma compreensão de ser se torne mero adendo (HEIDEGGER, 2000, p. 16). Isso parece, agora, poder ser interpretado como justificativa para uma lida exclusivamente objetiva e logo positiva com os entes, agora tomados como coisas e objetos da ciência. O que quer dizer que a determinação da verdade de tudo que é real passa a ser tarefa da Ciência, não mais da Metafísica. Assim, a busca pela verdade passa a ser a busca pela verdade do ente que nos está dado. Heidegger nos ilustra isto: "Aquilo que a filosofia, no transcurso de sua história, tentou em etapas, e mesmo nestas de maneira insuficiente, isto é, expor as ontologias das diversas regiões do ente [...] as ciências o assumem como tarefa sua. Seu interesse dirige-se para a teoria dos conceitos estruturais do campo da objetividade aí integrado; em cada caso necessário" (HEIDEGGER, 1973, p. 270). Esta passagem é a constatação de que com o fim da Metafísica as ciências assumem nova envergadura, quando estendem-se, num processo de desenvolvimento, à lacuna deixada pela Metafísica após seu acabamento. Este desenvolvimento é o que engendra a autonomia das ciências frente a uma perspectiva metafísica.

Até chegarmos a situação que acabamos de descrever poderíamos delimitar a posição da ciência da seguinte maneira:

Deve-se observar que desde a fundação da academia, por Platão, e desde a fundação da 'escola peripatética' por Aristóteles, o que hoje recebe o título de filosofia surge numa relação bem cultivada com o que chamamos de ciências. A partir de então, essa imbricação de filosofia com as ciências tornou-se decisiva para a 'própria filosofia' como para 'as ciências'. Desde então são abundantes as tentativas de se pensar a filosofia como uma espécie de 'ciência', como a mais universal, a mais rigorosa, como 'ciência' mais elevada [...]. O curioso é que aquilo que não passa de consequência de um fundamento e somente pode ser sua consequência, a 'ciência', passa a imperar sobre o fundamento, isto é, sobre a filosofia, invertendo a relação entre fundamento e consequência. (HEIDEGGER, 1998, p. 239)

Temos assim que a filosofia (e logo a pergunta pela verdade dos entes) convivia numa relação "bem cultivada" com as ciências, como diz nosso autor. Ciências que nos seus primórdios eram a

matemática e a astronomia, ciências que ainda operavam num registro descritivo e especulativo, não possuindo o conhecimento e manejo da realidade traduzida objetivamente por uma postura lógico-formal, manejo que só foi adquirido com a Ciência Moderna. Com a Ciência Moderna o conhecimento deixa de ser meramente descritivo para impor-se como postura que objetiva a realidade através de procedimentos experimentais, que já são capazes de matematizar, calcular, prever e em boa medida, apropriar produtivamente a realidade. Prova disso é dada, por exemplo, através da apreensão do espaço, pela geometria, como também geométrico. Procedimento que se estende à toda realidade, fazendo com que todo conhecimento possível passe a ser pensado desde o formato das ciências exatas.

Essa transformação opera resultados significativos, pois a partir dela também os objetos em seus fenômenos, se enquadram numa representação objetiva na qual as relações entre causas e conseqüências só podem ser inferidas na lida com a constituição objetiva do objeto. Constituição essa, que para que seja científica, deve ser igualmente matematizável. A ciência moderna ocupa-se, portanto, da verdade do que pode ser objetivável, lida com a verdade que é imanente ao ente enquanto objeto, e nunca uma suposta verdade que transcenderia a aparição fenomenal. Essa postura é o que inicialmente faz a diferença entre a Ciência e a Metafísica, será essa mesma postura que encaminhará a ciência para sua independência após o acabamento da Metafísica. É pautando-se nessa observação que Kant afirmará que somente a ciência moderna experimental é capaz de formular enunciados objetivamente verificáveis (KANT, 1994)

Nessa configuração histórica, a pergunta metafísica pela verdade dos entes se encontra descaracterizada (não esvaziada de sentido como apregoam, mas sem razoabilidade no modo com o qual passou-se a colocar a pergunta) tendo desdobrado-se na problemática da determinação de uma subjetividade, processo que o mesmo Kant teria apontado como contraproducente (KANT, 1994, p. 15), e que Comte chamaria de “pensar no vazio”, considerando as premissas que seu positivismo funda, pois

[...] no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas do fenômeno, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucesso e de similitude. A explicação destes fatos, reduzida então a seus termos reais. (COMTE, 1973, p. 9)

À luz deste espírito, a Metafísica vê-se na urgência de justificar sua existência e ‘utilidade’, tendo a cada instante de reafirmar seu suposto rigor. Assim, desde o final do século XVIII vemos a iminente necessidade de auto-legitimação da Metafísica, frente às ciências (fenômeno até então nunca ocorrido). Nessa busca da confirmação da instituição da Metafísica, Hegel acreditava poder resolver esta crise criando construções sistemáticas que constituíam esforços de conciliação do legado histórico da Metafísica com um fazer científico. Hegel acreditava poder resguardar o prestígio e a importância que ainda restavam à Metafísica, elevando-a também ao estado de ciência, a Ciência cujo objeto seria a verdade.

Assim, desde seu advento enquanto ciência moderna, Heidegger assevera, a partir da constituição da Ciência no âmbito de seu *modus operandis*, que a Ciência afigura-se como um ‘pensamento calculador’ (*Rechnende Denken*). Como uma atividade extremamente racional que pressupõe o real, para, sem perde-lo de vista, forçar, através de uma apreensão representativa, os entes enquanto objetos a prestarem contas de suas propriedades. Assim o objeto calculável põe-se ao dispor do fazer científico através de uma racionalização total. Isto é: “Passa a imperar o elemento racional que apenas representa e calcula” (HEIDEGGER, 1973, p. 270). Ora, mas não seria isso que Comte no século XIX chamava de ‘uso bem combinado do raciocínio e da observação,’ e ‘explicação dos fatos, reduzidos

aos seus termos reais'? Estamos convencidos de que sim.

A determinação proposta por nosso trabalho encontra em sua condução a dedução necessária (baseada em todas as premissas apresentadas ao longo de nosso texto) de que a Ciência após ao acabamento da Metafísica sofre uma radicalização da perspectiva tratada imediatamente acima. O que nos leva a constatar que a Ciência goza de uma posição estável, pois, guardando as devidas proporções, dá conta de seus objetivos e com suas intervenções na realidade consegue, eficientemente, *a instauração de domínio*. A verdade dos objetos, traduzida em propriedades verificáveis são extraídas cada vez mais efetivamente, posto que a única limitação que estas ciências apresentam dizem respeito ao seu gênero de realização prática, deficiências que logo são superadas pelo o próprio aparato técnico de que dispõem. Assim, com o acabamento da metafísica revela-se o triunfo do equipamento controlável de um mundo técnico-científico e a ordem social que lhe corresponde. Em contrapartida, ao pensamento que tem pretensões filosóficas cabe ainda a pergunta: *Que tarefa está ainda reservada para o pensamento no fim da Filosofia?*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMTE. A. *Curso de filosofia positiva*. Trad. José A. Giannotti. Rio de Janeiro: Abril, 1973. (Os Pensadores)
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HEIDEGGER. M. *Fim de filosofia, tarefa do pensamento*. Tradução de Ernildo Stein, Rio de Janeiro: Abril, 1973. (Os Pensadores)
- . *Heráclito*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- . *Superação da metafísica*. In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.
- . *Nietzsche: metafísica e nihilismo*. Trad. Marco Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- KANT. I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1994.